



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra

CERTIFICO QUE



O Documento de Nº LM 946/2013

Foi publicado nesta data no mural desta.
Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra - RS.

Em 25/10/13

Responsável: Municipal

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº946/2013.

De 25 de outubro de 2013.

GILNEI MEDEIROS BARBOSA, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA/RS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou o Projeto de Lei do Executivo nº 045/2013, e o mesmo, sanciona e promulga a seguinte

LEI MUNICIPAL

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. 125 da Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativas ao exercício de 2014, compreendendo:

I - as metas e riscos fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;

III - a organização e estrutura do orçamento;

IV - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas alterações;

V - as disposições relativas à dívida pública municipal;

VI - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária;

VIII - as disposições gerais.

§ 1º Acompanha esta lei para apreciação do Poder Legislativo:

I - Previsão da Receita e da Despesa para 2014 a 2016, contendo:

a) previsão da receita por categoria econômica e origem;

b) metodologia e premissas de cálculo das principais receitas e origens,

c) previsão da despesa por categoria econômica;

II - Previsão da Receita Corrente Líquida para 2014;

III - Relatório dos projetos em andamento e posição sobre a situação de conservação do patrimônio público e providências a serem adotadas pelo Executivo (Lei Complementar nº 101, de 2000, art 45º, § único).

CAPÍTULO II DAS METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2014, 2015 e 2016, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no **ANEXO I**, composto dos seguintes demonstrativos:

I - Demonstrativo das metas fiscais anuais de acordo com o art. 4º, § 1º, da LC nº 101/2000;



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra



- II – Demonstrativo de avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano de 2012;
 - III - Demonstrativo das metas fiscais previstas para 2014, 2015 e 2016, comparadas com as fixadas nos exercícios de 2011, 2012 e 2013;
 - IV - Demonstrativo da memória de cálculo das metas fiscais de receita e despesa;
 - V - Demonstrativo da evolução do patrimônio líquido, conforme art. 4º, § 2º, inciso III, da LC nº 101/2000;
 - VI - Demonstrativo da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, em cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LC nº 101/2000;
 - VII - Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da LC nº 101/2000;
 - VIII – Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000;
 - IX – Memória de cálculo do resultado primário e do resultado nominal.
- § 1º A elaboração do Projeto de Lei e a execução da Lei de Orçamento Anual para 2014 deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário e resultado nominal estabelecidas no **Anexo I** que integra esta Lei.

§ 2º Proceder-se-á à adequação das metas fiscais previstas se, durante o período decorrido entre a apresentação dessa Lei e a elaboração da proposta orçamentária para o próximo exercício, surgirem novas demandas ou alterações na legislação e no cenário econômico que impliquem a revisão das metas fiscais, hipótese em que os Demonstrativos previstos nos incisos I, III e IV deste artigo serão atualizados e encaminhados juntamente com a proposta orçamentária para o exercício de 2014.

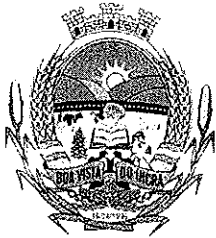
Art. 3º Para Efeitos de execução orçamentária os indicadores de desempenho, bem como as alterações nas ações relativas ao produto, a unidade de medida, destinação de recursos e a quantidade física poderão ser alterados pelo Poder Executivo, devendo este comunicar as alterações ao legislativo para efeitos de acompanhamento da execução orçamentária prevista na constituição da Republica, art. 166º, §, 1º, inciso II.

Art. 4º Estão discriminados, no **Anexo II**, que integra esta Lei, os Riscos Fiscais, onde são avaliados os riscos orçamentários e os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao art. 4º, § 3º, da LC nº 101/2000.

§ 1º Consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais possíveis obrigações presentes, cuja existência é confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob controle do Município.

§ 2º Também são passivos contingentes, obrigações presentes decorrentes de eventos passados, cuja liquidação em 2014 seja improvável ou cujo valor não possa ser tecnicamente estimado.

§ 3º Caso se concretizem, os riscos fiscais serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e, sendo esta insuficiente, serão indicados, também, o excesso de arrecadação e o superávit financeiro do exercício de 2013, se houver, obedecida a fonte de recursos correspondente.



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra



§ 4º Sendo esses recursos insuficientes, o Poder Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

CAPÍTULO III DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL EXTRAÍDAS DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2014 estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para 2014/2017, Lei Municipal **916/2013** de 31 de julho de 2013 e suas alterações, especificadas no **Anexo III**, integrante desta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos Lei Orçamentária.

§ 1º Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possuem caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, podendo, a lei orçamentária, atualizá-los.

§ 2º A programação da despesa na Lei de Orçamento Anual para o exercício financeiro de 2014 observará o atingimento das metas fiscais estabelecidas e atenderá às prioridades e metas estabelecidas no Anexo de que trata o *caput* deste artigo e aos seguintes objetivos básicos das ações de caráter continuado:

- I - provisão dos gastos com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo e do Poder Legislativo;
- II - compromissos relativos ao serviço da dívida pública;
- III - despesas indispensáveis ao custeio e manutenção da administração municipal;
- IV - despesas com conservação e manutenção do patrimônio público evidenciadas no Anexo IV desta Lei.

§ 3º Proceder-se-à adequação das metas e prioridades de que trata o *caput* deste artigo, se durante o período decorrido entre a apresentação desta Lei e a elaboração da proposta orçamentária para 2014 surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

§ 4º Na hipótese prevista no §3º, o Anexo de Metas e Prioridades, devidamente atualizado, será encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício.

CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 6º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores, conforme estabelecido no plano plurianual;

II - Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra



IV - Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - Órgão Orçamentário: o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias.

VI - Unidade Orçamentária: o menor nível da classificação institucional;

§ 1º Na Lei de Orçamento, cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como os órgãos e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, de acordo com a Portaria MOG nº 42/1999.

§ 3º A classificação das unidades orçamentárias atenderá, no que couber, ao disposto no art. 14 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

§ 4º As operações especiais destinadas ao pagamento de encargos especiais do Município, referidos no parágrafo único do art. 4º da Portaria MOG nº 42, de 14 de abril de 1999, serão consignadas em unidade orçamentária específica.

Art. 7º Independentemente do grupo de natureza de despesa em que for classificado, todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes, vedando-se a consignação de crédito a título de transferência a unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

§ 1º As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social serão executadas, obrigatoriamente, por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 8º O orçamento discriminará a despesa por órgão e unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação até no mínimo por modalidade de aplicação, podendo, a critério da administração, ser utilizado até o nível de elemento.

§ 1º Caso o orçamento seja apresentado até o nível de elemento, fica autorizado a movimentação de dotações orçamentárias entre elementos de mesma natureza, dentro da mesma ação, para atender interesse da administração em relação de objetivo de gastos.

Art. 9º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado à Câmara Municipal, conforme estabelecido no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, no art 125 da Lei Orgânica do Município e no art. 2º, da Lei n.º 4.320/1964, e será composto de:

I - texto da Lei;

II –anexos orçamentários 1,2,6,7,8 e 9 da Lei n.º 4.320, de 1964;



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra



§ 1º Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320/64, os seguintes quadros:

I - discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II - demonstrativo da evolução da receita, por origem de arrecadação, em atendimento ao disposto no art. 12 da LC nº 101/2000;

III - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o art. 5º, inciso II, da LC nº 101/2000;

IV - demonstrativo das receitas por origem e das despesas por grupo de natureza de despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme art. 165, § 5º, III, da Constituição Federal;

V - demonstrativo da receita e planos de aplicação dos Fundos Especiais, que obedecerá ao disposto no inciso I do § 2º do art. 2º da Lei nº 4.320/1964;

VI - demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com o art. 5º, inciso I, da LC nº 101/2000;

VII - demonstrativo da fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, para os Poderes Executivo e Legislativo, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida prevista, nos termos dos artigos 19 e 20 da LC nº 101/2000, acompanhado da memória de cálculo;

VIII - demonstrativo das aplicações na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

IX - demonstrativo da previsão da aplicação anual do Município em ações e serviços públicos de saúde, conforme a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

X - demonstrativo das categorias de programação a serem financiadas com recursos de operações de crédito realizadas e a realizar, com indicação da dotação e do orçamento a que pertencem;

XI - demonstrativo do cálculo do limite máximo de despesa para a Câmara Municipal, conforme o artigo 29-A da Constituição Federal, de acordo com a metodologia prevista no § 2º do art. 13 desta Lei.

a) Do limite dos 70% com gasto com folha de pagamento (Constituição federal de 1988, art. 29-A, § 1º)

b) Do limite de 6% da RCL com despesa de pessoal (LRF, art. 20, III, a).

c) Do limite onde determina que o total de despesas com remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% da receita do Município (Constituição Federal de 1988, art. 29, VII);

d) E do limite de subsídio dos vereadores (constituição Federal de 1988, art. 29, VI)

XII- tabelas explicativas da receita e da despesa do Município de forma integrada inclusive metodologia e premissa de cálculos, nos termos do que dispõe o art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000 e art. nº 4.320, de 1964;

XIII- descrição sucinta de cada unidade administrativa e de suas principais finalidades com indicação da respectiva legislação (parágrafo único do art. 22 da Lei nº 4.320, de 1964);

XIV- quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação (inciso III, do § 1º, do art. 2º da Lei nº 4.320, de 1964);

XV- relações dos compromissos (convênios e contratos) firmados para 2014 com os respectivos créditos orçamentários;

XVI- anexo demonstrativo da receita corrente líquida para 2014 (Lei Complementar nº 101, de 2000, art. 12, § 3º);



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra



XVII- anexo demonstrativo da receita e da despesa por destinação e fonte de recursos.

Art. 10º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I - relato sucinto do desempenho financeiro do Município e projeções para o exercício de 2014, com destaque, se for o caso, para o comprometimento da receita com o pagamento da dívida;

II - resumo da política econômica e social do Governo;

III - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e da despesa e dos seus principais agregados, conforme dispõe o inciso I do art. 22 da Lei nº 4.320, de 1964;

IV - memória de cálculo da receita e premissas utilizadas;

V - demonstrativo da dívida fundada, assim como da evolução do estoque da dívida pública, dos últimos três anos, a situação provável no final de 2013 e a previsão para o exercício de 2014;

CAPÍTULO V DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I Das Diretrizes Gerais

Art. 11. Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação do Poder Legislativo e do Poder Executivo, neste abrangidos seus respectivos fundos, órgãos e entidades da Administração Direta.

Art. 12. A elaboração e a aprovação do Orçamento para o exercício de 2014 e a sua execução obedecerão, entre outros, ao princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º Para fins de atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 48 da LC nº 101/2000, o Poder Executivo organizará audiência(s) pública(s) a fim de assegurar aos cidadãos a participação na seleção das prioridades de investimentos, que terão recursos consignados no orçamento.

§ 2º A Câmara Municipal organizará audiência(s) pública(s) para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.

Art. 13. Os Fundos Municipais constituirão unidade orçamentária específica, e terão suas Receitas vinculadas a Despesas relacionadas com seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no art. 9º, § 1º, inciso V, desta Lei.

§ 1º A administração dos Fundos Municipais será efetivada pelo Chefe do Poder Executivo, podendo, por ato formal deste, ser delegada à Secretários, servidores municipais ou comissão de servidores.

Art. 14. Os estudos para definição do Orçamento da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois anos seguintes ao exercício de 2014.



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra



§ 1º Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício de 2014, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

§ 2º Para fins de cálculo do limite máximo das despesas do Poder Legislativo, que corresponde a 7% (sete por cento) da receita tributaria e de transferência do município, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal, considerar-se-á a receita arrecadada até o último mês anterior ao prazo para a entrega da proposta orçamentária, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art.15. A lei orçamentária conterá reservas de contingência, desdobradas para atender às seguintes finalidades:

- I - cobertura de créditos adicionais;
- II - atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

§ 1º A reserva de contingência, de que trata o inciso II do *caput*, será fixada em, no mínimo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida, e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

§ 2º Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência de que trata o inciso II do *caput* não precisará ser utilizada para sua finalidade, no todo ou em parte, o Chefe do Executivo poderá utilizar seu saldo para dar cobertura a outros créditos adicionais, legalmente autorizados na forma dos artigos 41, 42 e 43 da Lei nº 4.320/1964, podendo este valor ser utilizado na proporção de ¼ (um quarto) cada trimestre, para cobertura de que trata o inciso I desse artigo.

§ 3º Para atendimento do inciso I, além do excedente disposto no parágrafo 2º será fixado o percentual mínimo de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) da receita corrente líquida

Art. 16. Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000, somente serão incluídas novas ações na Lei Orçamentária de 2014 se:

- I - tiverem sido adequada e suficientemente contempladas as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, constantes do Anexo IV desta Lei;
- II - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual.

Parágrafo único: O disposto neste artigo não se aplica às despesas programadas com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito, cuja execução fica limitada à respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 17. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da LC nº 101/2000, quando for o caso, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra



§ 1º Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da LC nº 101/2000, serão consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2014, em cada evento, não exceda aos valores limites para dispensa de licitação fixados nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, conforme o caso.

§ 2º No caso de despesas com pessoal, desde que não configurem geração de despesa obrigatória de caráter continuado, serão consideradas irrelevantes aquelas cujo montante, no exercício de 2014, em cada evento, não exceda a 15 vezes o menor padrão de vencimentos.

Art. 18. A compensação de que trata o art. 17, § 2º, da LC nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Demonstrativo de que trata o art. 2º, IX, dessa Lei, até o seu valor total, observados o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na LC nº 101/2000.

Art. 19. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o art. 50, § 3º, da LC nº 101/2000, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos das obras e dos serviços públicos, tais como:

- I - dos programas e das ações previsto no Plano Plurianual;
- II - do m2 das construções e do m2 das pavimentações;
- III - do custo aluno/ano do ensino fundamental, do custo aluno/ano do transporte escolar, do custo aluno/ano do ensino infantil e do custo aluno/ano com merenda escolar;
- IV - do custo da destinação final da tonelada de lixo;
- V - do custo do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados e avaliados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as despesas liquidadas e as metas físicas previstas confrontadas com as realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 20. As metas fiscais estabelecidas no demonstrativo de que trata o inciso I do art. 2º serão desdobradas em metas quadrimestrais para fins de avaliação em audiência pública na Câmara Municipal até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar os gastos e também o cumprimento das metas físicas estabelecidas.

§ 1º Para fins de realização da audiência pública prevista *caput*, e em conformidade com o art. 9º, § 4º, da LC nº 101/2000, o Poder Executivo entregará ao Poder Legislativo, no dia da audiência, relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas.

§ 2º Compete ao Poder Legislativo Municipal, mediante prévio agendamento com o Poder Executivo, convocar e coordenar a realização das audiências públicas referidas no *caput*.

Seção II



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra



Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 21. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, entre outros, com recursos provenientes:

I - do produto da arrecadação de impostos e transferências constitucionais vinculados às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº141, de 13 de janeiro de 2012;

II - do Orçamento Fiscal;

III - das demais receitas cujas despesas integram, exclusivamente, o orçamento referido no *caput* deste artigo.

§ 1º As receitas de que trata os incisos I, e III deste artigo deverão ser classificadas como receitas da seguridade social;

§ 2º O orçamento da seguridade social será evidenciado na forma do demonstrativo previsto no art. 9º, § 1º, inciso IV, desta Lei.

Seção III

Das Disposições sobre a Programação e Execução Orçamentária e Financeira

Art. 22. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto, em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para todas as Unidades Orçamentárias, considerando, nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer equilíbrio.

§ 1º O ato referido no *caput* deste artigo e os que o modificarem conterá:

I - metas quadrimestrais para o resultado primário, que servirão de parâmetro para a avaliação de que trata o art. 9º, § 4º da LC nº 101/2000;

II - metas bimestrais de realização de receitas primárias, em atendimento ao disposto no art. 13 da LC nº 101/2000, discriminadas, no mínimo, por origem, identificando-se separadamente, quando cabível, as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal e da cobrança da dívida ativa;

III - cronograma de desembolso mensal de despesas, por órgão e unidade orçamentária.

§ 2º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma de desembolso do Poder Legislativo terá, como referencial, o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

Art. 23. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observadas as respectivas fontes de recursos, para o Poder Executivo nas seguintes despesas:



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra



- I – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
 - II – Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
 - III – Diárias de viagem;
 - IV – Horas extras;
 - V – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;
- E para o Poder Legislativo, nas seguintes despesas:
- I- Diárias,
 - II- Materiais de consumo
 - III- Contratações

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2013, observada a vinculação de recursos.

§ 2º Não serão objeto de limitação de empenho as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, precatórios judiciais e de obrigações constitucionais e legais.

§ 3º Na hipótese de ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 4º Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo deverão divulgar, em ato próprio, os ajustes processados, que será discriminado por órgão.

§ 5º Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da LC nº 101/2000.

§ 6º Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do art. 65 da LC nº 101/2000.

Art. 24. O repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo, obedecida a programação financeira, será repassado até o dia 20 de cada mês, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 1º Ao final do exercício financeiro de 2014, o saldo de recursos financeiros porventura existente será devolvido ao Poder Executivo, livre de quaisquer vinculações, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar, nelas incluídos os restos a pagar do Poder Legislativo;

§ 2º O eventual saldo de recursos financeiros que não for devolvido no prazo estabelecido no parágrafo anterior, será devidamente registrado na contabilidade e considerado como antecipação de repasse do exercício financeiro de 2015.



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra



Art. 25. Os projetos e atividades previstos na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, com dotações vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos vinculados, só serão movimentados, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado, ainda, o montante ingressado ou garantido.

Parágrafo único. Na Lei Orçamentária Anual, a Receita e a Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 26. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 1º A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no caput deste artigo.

§ 2º A realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, após 31 de dezembro de 2014, relativos ao exercício findo, não será permitida, exceto ajustes para fins de elaboração das demonstrações contábeis, os quais deverão ocorrer até o trigésimo dia de seu encerramento.

Art. 27. Para efeito do disposto no § 1º do art. 1º e do art. 42 da LC nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação, e exigível o empenho da despesa correspondente, no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere, observado, quando cabível, o disposto no § 1º do art. 26 desta Lei.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à obras e prestação de serviços, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Seção IV

Das Diretrizes sobre Alterações da Lei Orçamentária

Art. 28. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, nos termos da Lei nº 4.320/64.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º, da Lei 4.320/64, será realizada por fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único, da LC nº 101/2000.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências, conforme o art. 43 da Lei nº 4.320. de 1964.



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra



§ 3º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação ou à conta de receitas não previstas no orçamento, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes na Lei Orçamentária, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 4º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I - superávit financeiro do exercício de 2013, por fonte de recursos;
- II - créditos especiais e extraordinários reabertos no exercício de 2014;
- III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação;
- IV - saldo do superávit financeiro, por fonte de recursos.

§ 5º Os projetos de lei relativos a créditos suplementares ou especiais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação de recursos de redução de dotações do próprio poder, serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da solicitação.

§ 6º As solicitações de que trata o §5º serão acompanhadas da exposição de motivos de que trata o § 2º deste artigo.

Art. 29. No âmbito do Poder Legislativo, a abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2014, com indicação de recursos compensatórios do próprio órgão, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320/1964, proceder-se-á por ato do Presidente da Câmara dos Vereadores.

Art. 30. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art.167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada, quando necessária, até 28 de Fevereiro de 2014.

Art. 31. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2014 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 6º desta Lei.

Parágrafo único. A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Art. 32. As fontes de recursos, aprovadas na lei orçamentária, e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, por meio de decreto do Poder Executivo, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recurso prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.

Seção V

Da Destinação de Recursos Públicos a Pessoas Físicas e Jurídicas



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra



Subseção I Das Subvenções Sociais

Art. 33. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei nº 4.320/1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação.

Subseção II Das Contribuições Correntes e de Capital

Art. 34. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:

I - estejam autorizadas em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária;

II - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual;

§ 1º Para recebimento de recursos as entidades deverão atender aos seguintes critérios:

I- declaração de funcionamento regular pelo período mínimo de seis meses;

II- plano de aplicações dos recursos solicitados;

III- comprovação que a entidade não visa lucro e que os resultados são investidos para atender suas finalidades;

IV- balanço e demonstrações contábeis do último exercício;

V- comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal, a Previdência Social e o Fundo de Garantia.

§ 2º O disposto no caput deste artigo aplica-se aos casos de prorrogação ou renovação de convênio ou instrumento congênere ou aos casos em que, já havendo sido firmado o instrumento, devam as despesas dele decorrentes correr à conta de dotações consignadas na Lei Orçamentária de 2014.

Art. 35. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 1964.

Subseção III Dos Auxílios

Art. 36. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320/1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica;

II - para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do Meio Ambiente;



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra



III - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;

IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 9.790/1999, e que participem da execução de programas constantes no plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;

V - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a formação e capacitação de atletas;

VI - voltadas ao atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais;

VII - constituídas sob a forma de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis; e

VIII - voltadas ao atendimento de pessoas carentes em situação de risco social ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda.

Parágrafo único: No caso do inciso IV, as transferências serão efetuadas por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação.

Subseção IV Das Disposições Gerais

Art. 37. Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 33, 34, 35 e 36 desta Lei, a transferência de recursos prevista na Lei Federal nº 4.320, de 1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá ainda de:

I - execução da despesa na modalidade de aplicação “50 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos” e nos elementos de despesa “41 - Contribuições”, “42 - Auxílio” ou “43 - Subvenções Sociais”;

II - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação, no convênio ou instrumento congênere;

III - inexistência de prestação de contas rejeitada pelo Município;

IV - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da comprovação da atividade regular, inclusive com inscrição no CNPJ, por meio da declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária, emitida pelo conselho municipal respectivo;

V - manifestação prévia e expressa da assessoria jurídica do Município sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria; e

VI - prova, pela entidade beneficiada, da manutenção de escrituração contábil regular.

Art. 38. As determinações contidas nesta seção não se aplicam aos recursos alocados para programas habitacionais, conforme previsão em legislação específica, em ações voltadas a viabilizar o acesso à moradia, bem como na elevação de padrões de habitabilidade e de qualidade de vida de famílias de baixa renda que vivem em localidades urbanas e rurais.



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra



Art. 39. A destinação de recursos de que tratam os artigos 33, 34, 35 e 36 não será permitida nos casos em que agente político do Poder Executivo ou Legislativo, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, seja integrante de seu quadro dirigente, salvo se a nomeação decorrer de imposição legal.

Art. 40. É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma dos artigos 33, 34, 35 e 36, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis.

Art. 41. A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos ou a pessoas físicas, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos artigos 26, 27 e 28 da LC nº 101/2000, e observadas, no que couber, as disposições desta Seção.

§ 1º Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei nº 4.320/1964, a destinação de recursos às entidades privadas de que trata o *caput* somente poderá ocorrer por meio de subvenções, sendo vedada a transferência a título de contribuições ou auxílios para despesas de capital.

§ 2º As transferências a entidades privadas com fins lucrativos de que trata o “caput” deste artigo, serão executadas na modalidade de aplicação “60 – Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos” e no elemento de despesa “45 – Subvenções Econômicas”.

Art. 42. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 43. Não serão consideradas subvenções, auxílios ou contribuições, o rateio das despesas decorrentes da participação do Município em Consórcios Públicos instituído nos termos da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, cujos empenhos deverão ser feitos, obrigatoriamente, na modalidade de aplicação “71 – Transferências a Consórcios Públicos” e no elemento de despesa “70 – Rateio de Participação em Consórcio Público”.

Art. 44. As transferências de recursos de que trata esta seção serão feitas preferencialmente por intermédio de instituições financeiras oficiais, devendo a nota de empenho ser emitida até a data da assinatura do respectivo acordo, convênio, ajuste ou instrumento congênere.

Art. 45. Toda movimentação de recursos relativos às subvenções, contribuições e auxílios, de que trata esta seção, por parte das entidades beneficiárias, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:

I - movimentação mediante conta bancária específica para cada instrumento de transferência;

II - desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou prestador de serviços.



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra



Parágrafo único: ato do prefeito poderá autorizar, mediante justificativa dos convenientes ou executores, o pagamento em espécie a fornecedores e prestadores de serviços, desde que identificados no recibo ou documento fiscal pertinente.

Seção VI

Dos Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos

Art. 46. No caso de concessão de empréstimos e financiamentos destinados a pessoas físicas e jurídicas, esses ficam condicionados ao pagamento de juros não inferiores a 1% (um por cento) ao ano, ou ao custo de captação e também às seguintes exigências:

I - concessão através de fundo rotativo ou programa governamental específico;

II - pré -seleção e aprovação dos beneficiários pelo Poder Público;

III - formalização de contrato;

IV – assunção, pelo mutuário, dos encargos financeiros, eventuais comissões, taxas e outras despesas cobradas pelo agente financeiro, quando for o caso.

§ 1º Através de lei específica, poderá ser concedido subsídio para o pagamento dos empréstimos e financiamentos de que trata o caput deste artigo;

§ 2º As prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos do Município dependem de autorização expressa em lei específica.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 47. A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 48. O projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 49. No exercício de 2014, as despesas globais com pessoal e encargos sociais do Município, dos Poderes Executivo e Legislativo, compreendidas as entidades mencionadas no art. 11 dessa Lei, deverão obedecer às disposições da LC nº 101/2000.

§ 1º Os Poderes Executivo e Legislativo terão como base de projeção de suas propostas orçamentárias, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de agosto de 2013, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra



legais, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e o disposto no art. 52 desta Lei.

§ 2º A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais e do subsídio de que trata o § 4º do art. 39 da Constituição Federal, levará em conta, tanto quanto possível, a variação do poder aquisitivo da moeda nacional, segundo índices oficiais.

Art. 50. Para fins dos limites das despesas com pessoal, previstos no art. 19, inciso III, alíneas “a” e “b” da LC n° 101/2000, deverão ser incluídas:

I - as despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal;

II - as despesas decorrentes da contratação de serviços de terceiros quando caracterizarem substituição de servidores públicos;

III - as transferências de recursos para cobertura de despesas com pessoal a serviço do Município e contratado através de Instituições Privadas sem Fins Lucrativos que deverão, obrigatoriamente, ser registradas nas contas 3.1.5.0.11.99.10 – Transferências de Recursos para Cobertura de Despesas com Pessoal Contratado Através de Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos e 3.1.5.0.13.00.00.00 – Obrigações Patronais, conforme o caso.

IV - as despesas custeadas com recursos entregues pelo Município a Consórcios Públicos para aplicação em pessoal, na forma prescrita pela Portaria n° 72, de 01 de fevereiro de 2012, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores públicos, os contratos de serviços de terceiros relativos a atividades que:

I - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo quadro de pessoal do Município, salvo expressa disposição legal em contrário, ou sejam relativas a cargo ou categoria funcional extintos, total ou parcialmente;

II - não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 51. Para fins de atendimento ao disposto no art. 39, § 6º da Constituição Federal, até 30 dias antes do prazo previsto para envio do Projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo publicará os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

§ 1º O Poder Legislativo, observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante ato da mesa diretora da Câmara Municipal.

Art. 52. O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, desde que observada a legislação vigente, respeitados os limites previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único, da LC n° 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado para:

I - conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;

II - criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Inera



- III – prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;
- IV – prover cargos em comissão e funções de confiança;
- V - melhorar a qualidade do serviço público mediante a valorização do servidor municipal, reconhecendo a função social do seu trabalho;
- VI - proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;
- VII - proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;
- VIII - melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infra-estrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte, segurança no trabalho e justa remuneração.
- IX - a previsão dos cargos a serem aumentados e/ou criados pelo Poder Executivo consta no ANEXO IV – Planejamento de Aumento/criação de cargos para 2014.

§ 1º No caso dos incisos I e II, além dos requisitos estabelecidos no *caput* deste artigo, os projetos de lei deverão demonstrar, em sua exposição de motivos, para os efeitos dos artigos 16 e 17 da LC nº 101/2000, o impacto orçamentário e financeiro decorrente, apresentando o efetivo acréscimo de despesas com pessoal.

§ 2º No caso de provimento de cargos, salvo quando ocorrer dentro de 24 meses da sua criação, a estimativa do impacto orçamentário e financeiro deverá instruir o expediente administrativo correspondente, juntamente com a declaração do ordenador da despesa, de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária anual, exigência essa a ser cumprida nos demais atos de contratação.

§ 3º No caso de aumento de despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 4º Ficam dispensados, da estimativa de impacto orçamentário e financeiro, atos de concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório.

Art. 53. Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:

- I – as situações de emergência ou de calamidade pública;
- II - as situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;
- III – a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação a outra alternativa possível.

CAPÍTULO VIII DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra



Art. 54. As receitas serão estimadas e discriminadas:

I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal;

II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2014, especialmente sobre:

- a) atualização da planta genérica de valores do Município;
- b) revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;
- c) revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- d) revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- e) revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- f) instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;
- g) revisão das isenções tributárias, para atender ao interesse público e à justiça social;
- h) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja necessidade tenha sido evidenciada através de cálculo atuarial;
- i) demais incentivos e benefícios fiscais.

Art. 55. Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 54, ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante Decreto.

Art. 56. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

§ 1º A concessão ou ampliação de incentivo fiscal de natureza tributária, não considerado na estimativa da receita orçamentária, dependerá da realização do estudo do seu impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:

- a) aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;
- b) cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de despesas em valor equivalente.

§ 2º Poderá ser considerado como aumento permanente de receita, para efeito do disposto neste artigo, a elevação do montante de recursos recebidos pelo município, oriundos da elevação de alíquotas



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra



e/ou ampliação da base de cálculo de tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos artigos 157 e 158 da Constituição Federal.

§ 3º Não se sujeita às regras do §1º a homologação de pedidos de isenção, remissão ou anistia apresentados com base na legislação municipal preexistente.

Art. 57. Conforme permissivo do art. 172, inciso III, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e o inciso II, do §3º do art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000, os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 58. Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da LC nº 101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União e/ou Estado, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e ambiental, educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, alistamento militar ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 59. As emendas ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem deverão ser compatíveis com os programas e objetivos da Lei nº 916/2013 - Plano Plurianual 2014/2017 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1º Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que incidam sobre:

- a) pessoal e encargos sociais e
- b) serviço da dívida.

§ 2º Também não serão admitidas as emendas que acarretem a alteração dos limites mínimos constitucionais previstos para os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde.

§ 3º As emendas ao projeto de lei de orçamento anual deverão preservar, ainda, a prioridade das dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais e outras despesas obrigatórias, assim entendidas aquelas com legislação ou norma específica; despesas financiadas com recursos vinculados e recursos para compor a contrapartida municipal de operações de crédito.



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra



Art. 60. Por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

Art. 61. Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal e o art. 132 da Lei Orgânica Municipal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 62. Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2013, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes na proposta orçamentária.

§ 1º Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e o efetivo ingresso de recursos.

§ 2º Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento.

Art. 63. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se

Gabinete do Prefeito, 25 de outubro de 2013.

Gilnei Medeiros Barbosa
Prefeito Municipal

34

LDO 2014

ANEXO I

METAS FISCAIS

ANEXO I
LDO 2014 - METAS FISCAIS

35

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2010	2011	2012	2013
		Arrecadado	Arrecadado	Arrecadado	Reestimado
1.0.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	10.067.582,69	11.607.709,00	12.151.369,00	13.665.374,00
1.1.0.0.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	483.350,65	311.947,00	357.719,00	364.089,00
1.2.0.0.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	27.580,40	22.348,00	23.515,00	22.010,00
1.2.0.0.00.00.00	Receitas de Contribuições - P.M	27.580,40	22.348,00	23.515,00	22.010,00
1.2.0.0.0.0.0.0.0.0	Receita de Contribuições - R.P.P.S (Fonte 0050)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.0.0.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	28.138,29	100.169,00	42.937,00	13.807,00
1.3.2.0.00.00.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	28.138,29	93.579,00	36.347,00	11.166,00
1.3.2.0.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - P.M	28.138,29	93.579,00	36.347,00	11.166,00
1.3.2.0.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - RPPS (Fonte 0050)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.9.0.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	6.590,00	6.590,00	2.641,00
1.4.0.0.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.0.0.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	155.478,33	103.262,00	188.720,00	186.856,00
1.7.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.335.627,66	11.025.891,00	11.508.518,00	13.037.733,00
1.9.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	36.807,36	44.072,00	29.960,00	38.879,00
1.9.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes - P.M	36.807,36	44.072,00	29.960,00	38.879,00
1.9.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes - R.P.P.S (Fonte 0050)	0,00	0,00	0,00	0,00
2.0.0.0.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	368.513,16	736.310,00	476.824,00	269.172,00
2.1.0.0.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	246.000,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	52.200,00	93.112,00	26.995,00	16.260,00
2.3.0.0.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	3.671,94	5.220,00	3.801,00	4.510,00
2.4.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	310.641,22	391.978,00	446.028,00	248.402,00
2.5.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.0.00.00.00	Receitas Intra Orçamentárias - RPPS (Fonte 0050)	0,00	0,00	0,00	0,00
9.0.0.0.00.00.00	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	1.542.614,94	1.827.656,00	1.887.768,00	2.108.940,00
	TOTAL DA RECEITA	8.891.480,91	10.516.363,00	10.740.425,00	11.825.606,00

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2010	2011	2012	2013
		Liquidado	Liquidado	Liquidado	Reestimado
3.0.0.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	7.575.319,28	8.811.128,68	10.155.043,90	10.394.551,85
3.1.0.0.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.657.432,50	4.157.202,68	5.202.224,15	4.929.168,37
3.1.0.0.00.00.00	Pessoal Próprio	3.657.432,50	4.157.202,68	5.202.224,15	4.929.168,37
3.1.0.0.00.00.00	Pessoal do R.P.P.S. (Fonte 0050)				0,00
3.2.0.0.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	11.666,38	20.131,62	23.572,13
3.2.0.0.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	0,00	11.666,38	20.131,62	23.572,13
3.2.0.0.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS (Fonte 0050)				0,00
3.3.0.0.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.917.886,76	4.642.259,62	4.932.688,13	5.441.811,35
3.3.0.0.00.00.00	Outras Despesas Correntes	3.917.886,76	4.642.259,62	4.932.688,13	5.441.811,35
3.3.0.0.00.00.00	Outras Despesas Corrente RPPS (Fonte 0050)				0,00
4.0.0.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	492.649,42	1.344.709,62	1.029.116,29	1.357.869,63
4.4.0.0.00.00.00	INVESTIMENTOS	492.649,42	1.329.800,54	984.389,05	1.308.537,21
4.4.0.0.00.00.00	Investimentos	492.649,42	1.329.800,54	984.389,05	1.308.537,21
4.4.0.0.00.00.00	Investimentos RPPS (Fonte 0050)				0,00
4.5.0.0.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.0.0.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	0,00	14.909,08	44.727,24	49.332,42
9.9.99.99.99.99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				73.184,52
9.9.99.99.99.99.02	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS				0,00
	TOTAL DA DESPESA	8.067.966,68	10.155.838,30	11.184.160,19	11.825.606,00
	PREVISÕES DA LEI DE ORÇAMENTO	2010	2011	2012	2013
	Receita Previsita (já deduzido o FUNDEB)	7.090.010,00	9.756.161,89	11.312.246,00	11.993.043,10
	Rendimento de Aplicações Financeiras	119.076,55	1.270,00	92.200,00	13.806,34
	Receita de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita de Alienação de Bens	23.000,00	61.600,00	43.000,00	18.381,55
	Receita de Amort. de Empréstimos Concedidos	6.000,00	4.780,00	5.100,00	0,00
	Despesa Fixada (de lei de orçamento)	7.090.010,00	9.756.161,89	11.312.246,00	11.993.043,10
	Juros e Encargos da Dívida	7.980,00	0,00	43.815,00	29.410,00
	Amortização da Dívida	58.600,00	0,00	49.500,00	63.905,15
	Concessão de Empréstimos	0,00	30.000,00	0,00	0,00

* OBS
Foi subtraído R\$ 18.000,00 da situação atual de 2013 da amortização, pois isso corresponde a realidade

ANEXO I
LDO 2014 - METAS FISCAIS

30

Município de : BOA VISTA DO INCRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014
TABELA 02 - Demonstrativo da Evolução da Dívida e Resultado Nominal

Exercício	2.011	2.012	2.013	2.014	2.015	2.016
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
(1) Dívida Consolidada	231.090,92	186.363,68	137.909,17	145.181,93	100.454,93	45.327,93
(2) Disponibilidades Financeiras (Líquidas)	1.480.019,01	731.348,33	1.105.683,67	1.105.683,67	980.905,22	1.064.090,85
(3) Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	(960.501,74)	(880.450,29)	(1.018.762,92)
(4) Passivos Reconhecidos	-	-	-	-	-	-
(5) Dívida Fiscal Líquida	-	-	-	(960.501,74)	(880.450,29)	(1.018.762,92)
(6) Resultado Nominal				(960.501,74)	80.051,45	(138.312,63)

Cronograma Anual de Operações Realizadas e do Serviço da Dívida

Valores em R\$

Operações de Crédito / Pagamentos	2.011	2.012	2.013	2.014	2.015	2.016
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	246.000,00	-	-	-	-	-
2.2 Encargos	11.666,38	20.131,62	23.572,13	15.000,00	18.600,00	16.600,00
2.3 Amortizações	14.909,08	44.727,24	49.332,42	44.727,00	55.127,00	71.727,00

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Resultado Nominal – Representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

ANEXO I
LDO 2014 - METAS FISCAIS

37

Município de: BOA VISTA DO INCRÁ

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS E DESPESAS - LDO PARA 2014

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGOS	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	REALIZADO 2010	REALIZADO 2011	REALIZADO 2012	REESTIMADO 2013	PROJETADO 2014	PROJETADO 2015	PROJETADO 2016
1.0.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	10.087.582,69	11.807.709,00	12.181.269,00	13.665.574,00	14.690.166,59	16.409.989,85	18.261.434,25
1.1.0.0.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	493.956,65	311.947,00	387.719,00	354.089,00	354.514,39	404.701,40	425.472,11
1.2.0.0.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	27.880,40	22.348,00	23.618,00	22.010,00	24.086,22	26.298,87	28.887,80
1.2.0.0.00.00.00	Receita de Contribuições - P.M	27.880,40	22.348,00	23.618,00	22.010,00	24.086,22	26.298,87	28.887,80
1.2.0.0.00.00.00	Receita de Contribuições - R.P.P.S. (Fonte 0050)	-	-	-	-	-	-	-
1.3.0.0.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	28.138,29	100.189,00	42.337,00	13.897,00	16.008,48	18.277,40	17.839,64
1.3.2.0.00.00.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	28.138,29	93.878,00	38.347,00	11.368,00	12.219,30	13.341,81	14.553,64
1.3.2.0.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - PM	-	-	-	-	-	-	-
1.3.2.0.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - RPPS (Fonte 0050)	-	93.878,00	38.347,00	11.368,00	12.219,30	13.341,81	14.553,64
1.3.9.0.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	-	6.690,00	6.690,00	2.541,00	2.789,18	2.935,59	3.085,89
1.4.0.0.00.00.00	RECEITA APROPRIÁRIA	-	-	-	-	-	-	-
1.5.0.0.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-	-
1.6.0.0.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	158.478,33	103.282,00	188.720,00	188.856,00	249.450,82	209.821,96	270.670,00
1.7.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.336.627,68	11.028.891,00	11.003.618,00	13.037.733,00	13.078.046,00	14.700.565,00	15.468.586,00
1.8.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	35.807,38	44.072,00	29.960,00	38.879,00	41.060,00	43.216,00	45.429,00
1.8.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes - P.M	35.807,38	44.072,00	29.960,00	38.879,00	41.060,00	43.216,00	45.429,00
1.8.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes - R.P.P.S. (Fonte 0050)	-	-	-	-	-	-	-
2.0.0.0.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	368.613,18	738.310,00	478.924,00	269.172,00	1.708.936,00	3.606.087,00	3.124.289,00
2.1.0.0.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	246.000,00	-	-	52.000,00	-	-
2.2.0.0.00.00.00	ALIEÇÃO DE BENS	52.200,00	93.112,00	28.995,00	18.280,00	37.172,00	18.074,00	13.889,00
2.3.0.0.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	3.671,34	6.220,00	3.801,00	4.810,00	4.783,00	5.013,00	5.273,00
2.4.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-
2.5.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	310.841,72	391.978,00	446.028,00	248.402,00	1.610.000,00	3.582.000,00	3.100.000,00
2.5.0.0.00.00.00	Receitas Intra Orçamentárias - RPPS (Fonte 0050)	-	-	-	-	-	-	-
7.2.1.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	1.642.814,34	1.827.656,00	1.887.788,00	2.108.840,00	2.307.274,00	2.423.144,00	2.547.209,00
9.0.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL DA RECEITA	8.991.460,21	10.618.353,00	10.740.426,00	11.825.606,00	14.093.826,89	16.691.923,65	18.828.494,25

CÓDIGOS	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	LIQUIDADO 2010	LIQUIDADO 2011	LIQUIDADO 2012	REESTIMADO 2013	PROJETADO 2014	PROJETADO 2015	PROJETADO 2016
3.0.0.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	7.676.319,28	8.911.129,68	10.155.043,80	10.394.651,85	11.387.842,41	12.082.046,65	12.894.463,11
3.1.0.0.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.897.432,00	4.167.202,63	5.202.224,16	4.929.168,37	5.121.896,87	5.330.228,09	5.971.064,26
3.1.0.0.00.00.00	Pessoal Privado	3.897.432,00	4.167.202,63	5.202.224,16	4.929.168,37	5.121.896,87	5.330.228,09	5.971.064,26
3.2.0.0.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	11.866,38	20.131,82	23.872,15	15.000,00	18.800,00	18.800,00
3.2.0.0.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	-	11.866,38	20.131,82	23.872,15	15.000,00	18.800,00	18.800,00
3.2.0.0.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - RPPS (Fonte 0050)	-	-	-	-	-	-	-
3.3.0.0.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.817.888,78	4.642.260,67	4.832.688,13	6.441.811,38	6.230.955,74	6.533.218,56	6.906.798,83
3.3.0.0.00.00.00	Outras Despesas Correntes	3.817.888,78	4.642.260,67	4.832.688,13	6.441.811,38	6.230.955,74	6.533.218,56	6.906.798,83
3.3.0.0.00.00.00	Outras Despesas Correntes - RPPS (Fonte 0050)	-	-	-	-	-	-	-
4.0.0.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	492.649,42	1.329.800,64	1.029.116,29	1.367.569,83	2.686.199,48	4.348.890,00	3.742.291,14
4.1.0.0.00.00.00	INVESTIMENTOS	492.649,42	1.329.800,64	984.389,06	1.308.637,21	2.561.472,48	4.301.453,00	3.670.564,14
4.1.0.0.00.00.00	Investimentos	492.649,42	1.329.800,64	984.389,06	1.308.637,21	2.561.472,48	4.301.453,00	3.670.564,14
4.1.0.0.00.00.00	Investimentos - RPPS (Fonte 0050)	-	-	-	-	-	-	-
4.5.0.0.00.00.00	INVERSES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.0.0.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-
4.5.0.0.00.00.00	Outras Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
4.6.0.0.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	-	14.909,98	44.727,24	49.332,42	44.727,00	56.127,00	71.727,00
9.8.99.99.99.99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	78.184,62	120.085,00	153.296,00	191.740,00
9.8.99.99.99.99.02	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL DA DESPESA	8.067.969,68	10.198.830,30	11.184.160,19	11.825.606,00	14.093.826,89	16.691.923,65	18.828.494,25

ANEXO I - METAS FISCAIS

Município de : BOA VISTA DO INCRA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Exercício	2011	2012	2013	2014	2015	2016
AO MÉDIA ANUAL (P.C.A)	6,50%	5,84%	5,83%	5,61%	5,25%	5,12%
ADDO PIB	2,70%	0,90%	2,76%	3,62%	3,74%	3,77%
AMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	7,15%	19,30%	-11,08%	2,42%	2,42%	2,42%
AMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	9,29%	-0,48%	1,73%			
CO NA ARRECADADAÇÃO TRIBUTÁRIA	-44,74%	7,93%	-6,81%			
JUROS DAS RECEITAS TRANSFERIDAS	8,91%	-2,36%	4,70%			
TITUAL DE AUMENTO SALARIAL	0,00%	0,00%	0,00%			
AMENTO DOS INVESTIMENTOS	160,73%	-32,71%	24,34%			
Juros (Selic Efetiva)	11,00%	7,25%	7,92%			
(em R\$ milhões)	245.672	284.979	333.467	363.244	402.098	440.323

Parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, o com as fontes de receitas e/ou grupo de despesa, conforme especificações das tabelas a seguir.

ESPECIFICAÇÃO	INFLAÇÃO	PIB	ESF.ARECR .TRIBUT.	CRESC. REC.TRANS FERIDAS	AUMENTO SALARIAL	TX DE JUROS
Receitas Tributárias	X	X	X			
Receitas de Contribuições - P.M	X	X				
Receita de Contribuições - R.P.P.S	X				X	
Rendimentos de Aplicações Financeiras	X					
Rendimentos de Aplicações - P.M	X					
Rendimentos de Aplicações - R.P.P.S	X	X				
Outras Receitas Patrimoniais	X	X				
Receitas Agropecuárias	X	X				
Receitas Industriais	X	X				
Receitas de Serviços	X	X		X		
Transferências Correntes	X	X				
Outras Receitas Correntes - P.M	X					
Outras Receitas Correntes - R.P.P.S	X					
Operações de Crédito	X					
Alienação de Bens	X					
Amortização de Empréstimos	X					X
Transferências de Capital	X	X				
Outras Receitas de Capital	X				X	
Receitas Intra Orçamentárias - R.P.P.S	X					
Deduções da Receita	X					

ESPECIFICAÇÃO	INFLAÇÃO	CRESC. FOLHA	CRESC. CUSTEIOS	AUMENTO SALARIAL	CRESC. INVESTIM	TX DE JUROS
Pessoal Próprio	X	X		X		
Pessoal do R.P.P.S	X	X		X		
Juros e Encargos da Dívida	X					X
Juros e encargos da Dívida R.P.P.S	X					X
Outras Despesas Correntes	X		X			
Outras Despesas Corrente R.P.P.S	X		X			
Investimentos	X				X	
Investimentos R.P.P.S	X				X	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	X					
Outras Inversões Financeiras	X					
Amortização da Dívida Pública	X					X

ANEXO I
LDO 2014 - METAS FISCAIS

Município de : BOA VISTA DO INGRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2014

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2014			2015			2016		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	Corrente	Constante	(c / PIB)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total	14.093.827	13.345.163	0,004%	16.591.924	14.926.899	0,004%	16.828.494	14.402.330	0,004%
Receitas Primárias (I)	13.987.673	13.244.648	0,004%	16.555.495	14.894.126	0,004%	16.789.672	14.369.104	0,004%
Despesa Total	14.093.827	13.345.163	0,004%	16.591.924	14.926.899	0,004%	16.828.494	14.402.330	0,004%
Despesas Primárias (II)	14.034.100	13.288.609	0,004%	16.518.197	14.860.571	0,004%	16.740.167	14.326.737	0,004%
Resultado Primário (I - II)	(46.427)	(43.961)	0,000%	37.298	33.555	0,000%	49.504	42.367	0,000%
Resultado Nominal	(960.502)	(909.480)	0,000%	80.051	72.018	0,000%	(138.313)	(138.372)	0,000%
Dívida Pública Consolidada	145.182	137.470	0,000%	100.455	90.374	0,000%	45.328	38.793	0,000%
Dívida Consolidada Líquida	(960.502)	(909.480)	0,000%	(880.450)	(792.096)	0,000%	(1.018.763)	(871.888)	0,000%

Fonte:

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 - as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos;
- 2 - as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
- 3 - o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
- 4 - o resultado nominal representa a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 - a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 - a Dívida Consolidada Líquida - DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados;

PREMISSAS E METODOLOGIA UTILIZADA

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na Tabela 01. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios e os valores reestimados para o exercício atual, além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, crescimento da população e do movimento econômico, crescimento real das receitas transferidas, dentre outros.
- 2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação e crescimento real, quando cabível, das despesas com pessoal e demais custeios. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no Anexo IV. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.
- 3 - No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o efeito da revisão geral anual prevista na Constituição, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários.
- 4 - Esses percentuais contemplam a expectativa de inflação e a projeção de crescimento real esperado das receitas municipais. As projeções de inflação e de crescimento do PIB seguem as perspectivas mensuradas pelo Banco Central do Brasil, disponíveis para consulta no site www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/consulta/serieestatisticas.
- 5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabeleceu o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas Intraorçamentárias.
- 6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 637/2012. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.
- 7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada, utilizou-se, como parâmetros a previsão de taxa de juros SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil, considerando-se, ainda, a previsão de operações de crédito no futuro e respectivas amortizações.
- 8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculadas levando-se em consideração a estimativa da posição em 31/12/2013, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.
- 9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas, os números mais representativos no contexto das projeções:
 - 9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2014, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 14.093.827,00, a menos correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$ 12.219,30), das resultantes de Operações de Crédito (R\$ 52.000,00), das Alienações de Bens (R\$37.172,00) e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R\$4.763,00), resultam numa Receita Primária de R\$ 13.987.673,00.
 - 9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 14.093.827. Deduzido-se as despesas financeiras com juros e encargos de dívida, estimadas em R\$ 15.000,00, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 0,00 e a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 44.727,00, tem-se que as despesas primárias para 2014 foram previstas em R\$ 14.034.100,00.
 - 9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas fiscais em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2014 que foi inicialmente prevista em R\$ -46.427,00 a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, a meta poderá ser alterada para mais ou para menos, conforme expressa previsão do art. 2º, § 2º, da LDO.
- 10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na Tabela 02.

HO ✓

Metodologia e Premissas de Cálculo do Resultado Primário e Nominal

RESULTADO PRIMÁRIO

O resultado primário corresponde a diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias, calculadas da seguinte maneira:

Pelo lado da receita

Receita Total	R\$ 14.093.827,00
(-) Receitas não primárias	R\$ 12.219,30
Rendimento de Aplicações Financeiras	
Receita de Capital	R\$ 52.000,00
(-) Receita de Operação de Crédito	R\$ 37.172,00
(-) Receita de Alienação	R\$ 4.763,00
(-) Amortização de Empréstimo	<u>R\$ 13.987.672,70</u>
Receita Primária	

Pelo lado da despesa

Despesa Total	R\$ 14.093.827,00
(-) Juros e encargos	R\$ 15.000,00
(-) Amortização da dívida	R\$ 44.727,00
Despesa Primária	<u>R\$ 14.034.100,00</u>

Resultado Primário	R\$ (46.427,30)
---------------------------	------------------------



Eliane Renato

Eliane Rossato
Contadora CRCRS 067815/0-0
PM de Boa Vista do Itara

RESULTDO NOMINAL

Corresponde a variação do saldo de dívida líquida a pagar

A Dívida líquida a pagar corresponde a diferença entre:
o saldo da dívida a pagar em cada exercício
e o saldo de disponibilidades financeiras

Para 2013, foi considerado como saldo de dívida a pagar:

(-) disponibilidade para 2013, correspondente a:	R\$ 137.909,17
valores de disponibilidade em 2011 e	R\$ 1.480.019,01
valores de disponibilidade em 2012	R\$ 731.348,33
média	<u>R\$ 1.105.683,67</u>

Para 2014, foi considerado que:
do valor de R\$ 137.909,17, foi diminuído o valor a pagar em 2014,
de R\$ 12 x R\$ 3.727,27

R\$ 44.727,24

e acrescido da nova contratação (PRO-UCA)

R\$ 52.000,00

Saldo da dívida

R\$ 145.181,93

(-) disponibilidade para 2013, correspondente a:

valores de disponibilidade em 2011 e	R\$ 1.480.019,01
valores de disponibilidade em 2012	R\$ 731.348,33
valores previstos de disponibilidade em 2013	R\$ 1.105.683,67
média	<u>R\$ 1.105.683,67</u>

resultado nominal

R\$ (960.501,74)

corresponde ao saldo estimado da dívida (R\$ 145.181,93)

(-) previsão de disponibilidade para 2013 (R\$ 1.105.683,67)

(-) saldo da dívida fiscal líquida em 2013 (R\$ 0,00)



Eliane Renato

Eliane Rossato
Contadora CRCPS 062815/0-0
PM de Boa Vista do Lencóis

WZ

Município de : BOA VISTA DO INCRA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I METAS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 EXERCÍCIO DE 2014

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2012 (a)	% PIB	II-Metas Realizadas em 2012 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	11.312.246	0,004%	10.740.425	0,004%	(571.821)	-5,05%
Receita Primárias (I)	11.171.946	0,004%	10.673.282	0,004%	(498.664)	-4,46%
Despesa Total	11.312.246	0,004%	11.301.161	0,004%	(11.085)	-0,10%
Despesa Primárias (II)	11.218.931	0,004%	11.236.302	0,004%	17.371	0,15%
Resultado Primário (I-II)	(46.985)	0,000%	(563.020)	0,000%	(516.035)	1098,30%
Resultado Nominal	-	0,000%	-	0,000%	-	-
Dívida Pública Consolidada	151.785	0,000%	186.364	0,000%	34.579	22,78%
Dívida Consolidada Líquida	-	0,000%	-	0,000%	-	-

FONTE:

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2012), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2012 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, ficou em R\$ -563.020,00, valor 1.098,30% inferior à meta estabelecida, que era de R\$ 46.985,00. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) -<< não foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 10.673.282,00, frustrando em 4,46% a projeção para o período de R\$ 11.171.946. As despesas não financeiras atingiram R\$ 11.236.302, estabelecendo-se 0,15% acima da previsão orçamentária e corresponderam a 105,27% do total das receitas primárias comprometendo, dessa forma, a obtenção do superavit primário.

Em parte, esse resultado é em decorrência do desempenho desfavorável apresentado pela receita, tendo sido fortemente condicionado pelo comportamento das receitas correntes, que apresentaram um déficit de 2,35% em relação ao valor consignado no orçamento. Destaca-se no exercício de 2012 a performance do grupo de receita de transferências correntes frustraram a expectativa, respectivamente, em 4,19%.

A dívida consolidada totalizou R\$ 186.364,00 (de curto prazo, no valor de R\$ 48.454,51, e de longo prazo no valor de R\$ 137.909,17), valor 22,78% superior ao saldo de R\$ 151.784,85 estimado para o exercício. Tal comportamento é reflexo da diminuição dos desembolsos da amortização da dívida que totalizou em 2012 R\$ 44.727,24, valor 33% menor que a projeção consignada na Lei do Orçamento de R\$ 66.872,73.

No anexo de metas fiscais, que acompanhou a LDO para 2012, estipulou-se o montante da dívida fiscal líquida em R\$ -439.972,00. Contudo, os resultados efetivamente apurados e especificados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e avaliados ao final daquele exercício apontam que o estoque da dívida, atualizado em dezembro de 2012, era de R\$ -389.825,05 que, comparado com o montante apurado ao final de 2011, apresenta um resultado nominal de R\$ -975.516,25, que ficou acima da previsão inicial, que era de R\$ - 439.972.

Município de : BOA VISTA DO IN CRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2014

AMF - Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES								R\$ 1,00		
	2011	2012	Variação %	2013	Variação %	2014	Variação %	2015		Variação %	2016
Receita Total	9.756.162	11.312.246	15,95%	11.993.043	6,02%	14.093.827	17,52%	16.591.924	17,72%	16.828.494	1,43%
Receitas Primárias (I)	9.688.512	11.171.946	15,31%	11.960.855	7,06%	13.987.673	16,95%	16.555.495	18,36%	16.789.672	1,41%
Despesa Total	9.756.162	11.312.246	15,95%	11.993.043	6,02%	14.093.827	17,52%	16.591.924	17,72%	16.828.494	1,43%
Despesas Primárias (II)	9.726.162	11.218.931	15,35%	11.899.728	6,07%	14.034.100	17,94%	16.518.197	17,70%	16.740.167	1,34%
Resultado Primário (I - II)	(37.650)	(46.985)	24,79%	61.127	-230,10%	(46.427)	-175,95%	37.298	-180,34%	49.504	32,73%
Resultado Nominal	-	-	0	-	0	(960.502)	0	80.051	-108,33%	(138.313)	-272,78%
Dívida Pública Consolidada	-	151.785	0	-	-100,00%	145.182	0	100.455	-30,81%	45.328	-54,88%
Dívida Consolidada Líquida	-	-	0	-	0	(960.502)	0	(880.450)	-8,33%	(1.018.763)	15,71%

ESPECIFICAÇÃO

VALORES A PREÇOS CONSTANTES

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES								R\$ 1,00		
	2011	2012	Variação %	2013	Variação %	2014	Variação %	2015		Variação %	2016
Receita Total	10.927.923	11.971.750	9,55%	11.993.043	0,18%	13.345.163	11,27%	14.926.899	11,85%	14.402.330	-3,51%
Receitas Primárias (I)	10.852.148	11.823.270	8,95%	11.960.855	1,16%	13.244.648	10,73%	14.894.126	12,45%	14.369.104	-3,53%
Despesa Total	10.927.923	11.971.750	9,55%	11.993.043	0,18%	13.345.163	11,27%	14.926.899	11,85%	14.402.330	-3,51%
Despesas Primárias (II)	10.894.320	11.872.995	8,98%	11.899.728	0,23%	13.288.609	11,67%	14.860.571	11,83%	14.326.737	-3,59%
Resultado Primário (I - II)	(42.172)	(49.724)	17,91%	61.127	-222,93%	(43.961)	-171,92%	33.555	-176,33%	42.367	26,26%
Resultado Nominal	-	-	-	-	-	(909.480)	-	72.018	-107,92%	(118.372)	-264,36%
Dívida Pública Consolidada	-	160.634	-100,00%	-	-	137.470	-	90.374	-34,26%	38.793	-57,08%
Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	(909.480)	-	(792.096)	-12,91%	(871.888)	10,07%

Fonte:

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2013), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2011, 2012 e 2013), bem como para os dois seguintes (2015 e 2016), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2011, 2012 e 2013 foram extraídos das respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos respectivos anexos de metas fiscais.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2014, 2015 e 2016, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

1/3

LPS

Município de : BOA VISTA DO INCRA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIO DE 2014

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio/Capital	9.729.719,38	88,32%	9.432.499,74	96,95%	9.137.195,87	96,87%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	1.287.314,99	11,68%	297.219,64	3,05%	295.303,87	3,13%
TOTAL	11.017.034,37	100,00%	9.729.719,38	100,00%	9.432.499,74	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

CONSOLIDAÇÃO GERAL


PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio/Capital	9.729.719,38	88,32%	9.432.499,74	96,95%	9.137.195,87	96,87%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	1.287.314,99	11,68%	297.219,64	3,05%	295.303,87	3,13%
TOTAL	11.017.034,37	100,00%	9.729.719,38	100,00%	9.432.499,74	100,00%

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2010, 2011 e 2012), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Nesse sentido, é preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Ativo Real Líquido", quando o resultado é superavitário e "Passivo Real a Descoberto", quando o resultado apresenta-se deficitário.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2010 a 2012, aponta que o saldo patrimonial aumentou de R\$ 9.432.499,74 em 31.12.2010 para R\$ 11.017.034,37 em 31.12.2012

Conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2012 com superavit.




Município de : BOA VISTA DO INCRA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 EXERCÍCIO DE 2014

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2012	2011	2010
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2009			-
RECEITAS DE CAPITAL	32.711,99	93.112,47	52.200,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	32.711,99	93.112,47	52.200,00
Alienação de Bens Móveis	12.066,48	66.917,00	52.200,00
Alienação de Bens Imóveis	20.645,51	26.195,47	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienac de Bens	519,21	1.266,50	-
TOTAL	33.231,20	94.378,97	52.200,00
DESPESAS EXECUTADAS	2012	2011	2010
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	1.107.644,53	1.574.993,84	639.852,49
Investimentos	1.062.917,29	1.560.084,76	639.852,49
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida	44.727,24	14.909,08	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	1.107.644,53	1.574.993,84	639.852,49
SALDO FINANCEIRO			
	(3.142.680,69)	(2.068.267,36)	(587.652,49)

FONTE:

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2010, 2011 e 2012).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

210

Município de : BOA VISTA DO INCRA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 EXERCÍCIO DE 2014

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2014	2015	2016	
IPTU	DESCONTO		4.481,14	4.716,40	4.957,88	
ISS FIXO	DESCONTO		205,26	216,04	227,10	Vide Obsevação
			-	-	-	abaixo
			-	-	-	
			-	-	-	
			-	-	-	
TOTAL			4.686,40	4.932,44	5.184,98	-

FONTE:

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2014 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2015 e 2016, foram calculados a partir dos valores de 2014, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2014: 5,25%

Inflação para 2015: 5,12%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13, 53 e 55 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2014, a estimativa de renúncia de receita está inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Município de : BOA VISTA DO INCRA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2014

47

AMF - Demonstrativo IX (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2014
Aumento Permanente da Receita	195.905,86
Decorrente de Receitas Tributárias	-
Decorrente de Transferências Correntes	195.905,86
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	71.037,27
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	266.943,13
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	266.943,13
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	(7.602,86)
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	(79.252,01)
Relativas a Outras Despesas Correntes	71.649,15
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	274.545,99

FONTE:

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento. Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2014 considerou-se a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes no biênio 2013-2014.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2014, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2013-2014 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e valores do vale alimentação, identificados da maneira descrita abaixo:
 , chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado em 2014, observado o disposto no art. 17 da LDO.

ESTUDO DA PROJEÇÃO DA DESPESA DE VALE ALIMENTAÇÃO

reestimativa para 2013 - impacto 005/2013		266.280,76
vlr empenhado até julho		200.545,10
vlr a empenhar de agosto a dezembro		25.666,38
reajuste total		492.492,24
valor de vale alimentação		
estimativa para 2014		
valor mensal -	R\$	40.109,02
reajuste 2013 - 7,21%	R\$	2.891,86
previsão de reajuste 2014 - 10%	R\$	4.010,90
valor mensal previsto 2013		47.011,78
valor anual		564.141,39
diferença:		
reestimativa para 2013 -		492.492,24
estimativa para 2014		564.141,39
aumento -		71.649,15